FOLHA DE S.PAULO
UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL
Publicado em 20/05/2022 - 05:59

**Suspeitos de garimpo ilegal movimentaram mais de R$ 200 mi**

# Grupo suspeito de garimpo ilegal movimentou R$ 200 milhões, diz PF

Empresários atuaram na Terra Indígena Yanomami, segundo operação realizada nesta quinta

**Fabio Serapião e Vinicius Sassine**

BRASÍLIA Um grupo suspeito de operar a logística aérea para explorar garimpos ilegais na Terra Indígena Yanomami, a maior do Brasil, movimentou mais de R$ 200 milhões em dois anos, aponta investigação da Polícia Federal que resultou numa nova operação nesta quinta-feira (19).

O grupo, diz a PF, é integrado pelo empresário Rodrigo Martins de Mello, pré-candidato a deputado federal pelo PL, partido do presidente Jair Bolsonaro. Mello passou a coordenar um movimento de garimpeiros em Roraima que tenta legitimar a atividade criminosa no território yanomami.

Segundo a PF, aeronaves em nome de empresas do grupo são utilizadas para transportar pessoas, combustível e equipamentos a áreas de garimpo na Terra Yanomami, como forma de concretizar a extração ilegal de minérios.

Mello é dono de empreendimentos que receberam recursos do governo federal, principalmente para o transporte aéreo relacionado à saúde indígena, como a **Folha** revelou em setembro de 2021.

Duas empresas de Mello, a Cataratas Poços Artesianos e a Icaraí Turismo Táxi Aéreo, receberam R$ 39,5 milhões da União desde 2014, sendo a maior fatia —R$ 23,5 milhões à Icaraí— no governo Bolsonaro.

A sede da Cataratas em Boa Vista já foi alvo de ação de apreensão de helicópteros, feita em conjunto por PF, Anac (Agência Nacional de Aviação Civil) e Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis).

Mello é suspeito de comandar operação logística que garante a exploração ilegal de minérios na Terra Yanomami, principalmente ouro e cassiterita. Em outubro, ele já havia sido alvo da primeira fase da operação Urihi Wapopë, que investiga o garimpo ilegal no território indígena.

Esta nova fase da operação, deflagrada nesta quinta, mira quatro funcionários da Cataratas e uma suposta empresa fantasma ligada a Mello que movimentaram valores provenientes do garimpo ilegal após o empresário ter as contas bancárias pessoais e empresariais bloqueadas na investigação da PF.

A PF cumpriu quatro mandados de busca e apreensão, autorizados pela Justiça Federal, nos endereços dos funcionários.

Entre as provas coletadas pelos investigadores da atuação do grupo de Mello, estão arquivos nos servidores da Cataratas que registram rotas de aeronaves com direção a garimpos localizados na Terra Yanomami.

Na primeira fase da operação, a PF identificou grande quantidade de combustível, equipamentos para máquinas de garimpo e fardos de alimentos com nomes escritos à mão, além de coordenadas de pontos de mineração.

A apuração também mostrou que um dos funcionários da Cataratas movimentava contas bancárias de outra empresa, a Tarp Táxi Aéreo, com pagamento de boletos que objetivava transferência de recursos ao exterior.

A Polícia Federal atribui a Mello a sociedade da Tarp, empresa que recebeu R$ 29,1 milhões do governo federal entre 2016 e 2018.

Os funcionários do empresário, apontam os investigadores, também tinham atribuições como pagar pilotos de helicópteros, fazer saques fracionados, administrar pontos de garimpo e transferir dinheiro para fora do país por meio de doleiros, conforme a investigação policial.

A PF identificou que 12 pilotos de helicópteros e 13 mecânicos de aeronaves atuavam para o grupo.

A advogada do empresário, Ana Paula de Souza Cruz, disse ter acompanhado o depoimento de uma dos quatro funcionários, que teve dois celulares e uma agenda apreendidos. "As declarações foram prestadas, e os itens foram devolvidos a ela sem que nada fosse encontrado neles", afirmou a advogada. Um segundo depoimento está marcado para a manhã desta sexta-feira (20), conforme a advogada.

A polícia pediu as quebras de sigilo bancário e fiscal de Mello, da Cataratas e do filho, segundo fontes que acompanham as investigações.

"A defesa não foi intimada sobre isso", disse a advogada do empresário. Ana Paula também disse não ter sido intimada sobre os apontamentos da investigação da PF a respeito da movimentação financeira do grupo.

A pilhagem de ouro na Terra Yanomami explodiu desde a chegada de Bolsonaro à Presidência da República. O presidente defende mineração em terras indígenas e não se opõe aos garimpos ilegais.

Associações de indígenas estimam que 20 mil garimpeiros estão na Terra Yanomami, com a permanência garantida por donos de balsas, dragas, "tatuzões" e aeronaves. Essas associações denunciam uma série de violações aos direitos dos indígenas.

Em janeiro, a juíza federal de segunda instância Maria do Carmo Cardoso, que é próxima da família Bolsonaro, liberou recursos e aeronaves do grupo suspeito de operar a logística aérea para garimpos na Terra Yanomami. A magistrada atua no TRF-1 (Tribunal Regional Federal da 1ª Região), é chamada de "Tia Carminha" e atua como uma espécie de conselheira jurídica da família. Os bens haviam sido sequestrados por decisão da Justiça Federal em Roraima, com base em investigações da PF e do MPF (Ministério Público Federal).

As suspeitas são de que o grupo constituiu organização criminosa para exploração ilegal de ouro e cometeu crimes ambientais e lavagem de dinheiro.

Três processos em curso na Justiça Federal resultaram na apreensão de bens, entre os quais nove aeronaves, determinada por um juiz de primeira instância.

A Terra Indígena Yanomami é o maior território demarcado do país e, de acordo com o ISA (Instituto Socioambiental), abriga 26.780 indígenas, incluindo povos isolados.

A terra indígena completa 30 anos de demarcação no próximo dia 25 de maio. No ano passado, dois indígenas isolados foram assassinados a tiros no território por invasores.

Em 2019, relatório feito pelo Unicef (Fundo das Nações Unidas para as Crianças) em parceria com a Fiocruz e o Ministério da Saúde apontou que 81,2% das crianças menores de cinco anos pesquisadas na região tinham baixa estatura para a idade (desnutrição crônica), 48,5% estavam com baixo peso para a idade (desnutrição aguda) e 67,8% estavam anêmicas.

Procurado, Rodrigo Martins de Mello não se manifestou até a conclusão desta edição.

Garimpo no rio Uraricoera, na Terra Indígena Yanomami Christian Braga - 9.abr.21/Greenpeace

PF durante operação contra garimpo ilegal em Terra Indígena Yanomami PF/Divulgação

> As declarações foram prestadas, e os itens foram devolvidos a ela sem que nada fosse encontrado neles
>
> **Ana Paula de Souza Cruz**
> advogada

**Veículo:** Impresso -> Jornal -> Jornal Folha de S. Paulo

**Seção:** Cotidiano **Caderno:** B **Pagina:** 1

Copyright © Clipclap 2025.